CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

PARTE GERAL

21º edição 2023





Diretoria executiva

Diretoria editorial

Gerência de produção e projetos

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos

Fernando Penteado

Novos projetos

Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira

Edição

Jeferson Costa da Silva (coord.)

Liana Ganiko Brito

Design e produção

Daniele Debora de Souza (coord.) Daniela Nogueira Secondo Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva

Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos

Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Ernily Larissa Ferreira da Silva

Kelli Priscila Pinto

Diagramação Revisão

Rafael Cancio Padovan Carmern Becker

Capa

Lais Soriano Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Vox Gráfica

Producão gráfica

ISBN 978-85-5360-765-5 OBRA COMPLETA
DADOS INTERNACIONAIS DE CATALDGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGMER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

G635d Gonçalves, Carlos Roberto

Direito Civil Brasileiro - Parte Geral - v. 1 / Carlos Roberto Gonçalves. - 21. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2023.

552 p.

ISBN: 978-65-5362-847-2 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito civil. I. Titulo.

CDD 347
CDJ 347
CDJ 347

bulices para cutálogo sistemático:

 1. Direito civil
 347

 2. Direito civil
 347

Data de techamento da edição: 3-10-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD. OBRA 15695 CL 807923 CAE 816325

ÍNDICE

INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL

Capítulo I CONCEITO E DIVISÃO DO DIREITO

1.	Cond	ceito de o	lireito	1
2.	Disti	nção ent	re o direito e a moral	3
3.	Direi	to positi	vo e direito natural	4
4.	Direi	to objeti	vo e direito subjetivo	6
5.	Direi	to públi	co e direito privado	8
6.	A un	ificação (do direito privado	10
			Capítulo II	
			DIREITO CIVIL	
1.	Cond	ceito de o	direito civil	13
2.	Histo	órico do	direito civil	14
3.	A co	dificação)	16
4.	O Co	ódigo Ci	vil brasileiro	18
	4.1.	O Cód	igo Civil de 1916	18
	4.2.	O Cód	igo Civil de 2002	20
		4.2.1.	Estrutura e conteúdo	22
		4.2.2.	Princípios básicos	23
		4.2.3.	Direito civil-constitucional	24
		4.2.4.	Eficácia horizontal dos direitos fundamentais	25

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

1.	Cont	eúdo e função	27
2.		es do direito	29
3.	A lei.		30
	3.1.	Conceito	30
	3.2.	Principais características	31
	3.3.	Classificação	33
4.	Vìgêi	ncia da lei	37
	4.1.	Início da vigência	37
	4.2.	Revogação da lei	40
5.		gatoriedade das leis	46
6.	A int	egração das normas jurídicas	47
	6.1.		48
	6.2.	O costume	50
	6.3.	Os princípios gerais de direito	52
	6.4.	A equidade	53
7.	Aplic	cação e interpretação das normas jurídicas	54
8.	Conf	flito das leis no tempo	58
9.	Eficá	cia da lei no espaço	61
10.		ações introduzidas pela Lei n. 13.655, de 25 de abril de 2018	67



Título I DAS PESSOAS NATURAIS

Capítulo I DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE INTROITO

1	Nota introdutória	73
1.	1901a IIII 044101a	13

2.	Perso	nalidade	e jurídica
3.	Capa	cidade jı	ırídica e legitimação
		DAS F	PESSOAS COMO SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA
4.	Os su	jeitos da	ı relação jurídica
5.	Conc	eito de p	pessoa natural
6.	Com	eço da p	ersonalidade natural
			DAS INCAPACIDADES
7.	Conc	eito e es	pécies
	7.1.	Incapa	cidade absoluta: os menores de 16 anos
	7.2.	Incapa	cidade relativa
		7.2.1.	Os maiores de 16 e menores de 18 anos
		7.2.2.	Os ébrios habituais e os viciados em tóxico
		7.2.3.	Os que, por causa transitória ou permanente, não pu-
			derem exprimir sua vontade
		7.2.4.	Os pródigos
		7.2.5.	Curatela de pessoas capazes (deficientes) e incapazes
			7.2.5.1. O procedimento da curatela
			7.2.5.2. A tomada de decisão apoiada
8.	A situ	iação jui	rídica dos índios
9.		_	primento da incapacidade
		-	roteção aos incapazes
11.			ncapacidade
			dade
	11.2.		ipação
			Emancipação voluntária
			Emancipação judicial
		11.2.3.	Emancipação legal
			EXTINÇÃO DA PERSONALIDADE NATURAL
12.			tinção
			real
			simultânea ou comoriência
			civil
	12.4.	Morte	presumida

INDIVIDUALIZAÇÃO DA PESSOA NATURAL

13.	Mode	os de individualização	125
	13.1.	Nome	125
		13.1.1. Conceito	125
		13.1.2. Natureza jurídica	127
		13.1.3. Elementos do nome	128
		13.1.3.1. Prenome	129
		13.1.3.2. Sobrenome	130
		13.1.4. Imutabilidade do nome	131
		13.1.4.1. Retificação de prenome	131
		13.1.4.2. Adições intermediárias	135
		13.1.4.3. Mudanças no sobrenome	136
		13.1.4.4. Outras hipóteses	139
	13.2.	Estado	148
		13.2.1. Aspectos	148
		13.2.2. Caracteres	150
	13.3.	Domicílio	151
		13.3.1. Domicílio da pessoa natural	152
		13.3.1.1. Conceito	152
		13.3.1.2. Espécies	155
		13.3.2. Domicílio da pessoa jurídica	158
14.	Atos	do registro civil	159
		Capítulo II	
		DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	
1.	Conc	eito	165
2.		amentos dos direitos da personalidade	167
3.		cterísticas dos direitos da personalidade	168
4.		plina no Código Civil	171
	4.1.	Da proteção aos direitos da personalidade	172
	4.2.	Os atos de disposição do próprio corpo	175
	4.3.	O tratamento médico de risco	178
	4.4.	O direito ao nome	182
	4.5.	A proteção à palavra e à imagem	183
	4.6.	A proteção à intimidade	186
		I 3	-00

Capítulo III DA AUSÊNCIA

1.	Intro	dução		19
2.	Da cı	uradoria	dos bens do ausente	192
3.	Da sı	icessão j	provisória	193
4.	Da sı	icessão d	definitiva	19
5.	Do re	etorno d	o ausente	190
6.	Ausê	ncia con	no causa de dissolução da sociedade conjugal	190
			Título II	
			DAS PESSOAS JURÍDICAS	
1.				198
2.	Natu	,	dica	20
	2.1.		s da ficção	20
	2.2.		s da realidade	20
3.	_	-	ara a constituição da pessoa jurídica	20
	3.1.		ço da existência legal	20
	3.2.		ades irregulares ou de fato	20
	3.3.	•	s despersonalizados	20
4.	Class		da pessoa jurídica	21
	4.1.	Pessoa	s jurídicas de direito privado	21
		4.1.1.	As associações	21
		4.1.2.	As sociedades	21
		4.1.3.	As fundações	22
		4.1.4.	As organizações religiosas	22
		4.1.5.	Partidos políticos	23
5.	Desc	onsider	ação da personalidade jurídica	23
6.	Resp	onsabili	dade das pessoas jurídicas	24
	6.1.	Respon	nsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado	24
	6.2.	Respon	nsabilidade das pessoas jurídicas de direito público	24
		6.2.1.	Evolução histórica	24
		6.2.2.	A Constituição Federal de 1988	24
		6.2.3.	Responsabilidade por atos omissivos	24
		6.2.4.	Danos decorrentes de atos judiciais	25

			6.2.4.1.	Atos judiciais em geral	2:
			6.2.4.2.	Erro judiciário	2:
		6.2.5.		ecorrentes de atos legislativos	2
		0.2.3.	6.2.5.1.	Danos causados por lei inconstitucional	2
			6.2.5.2.	Danos causados por lei constitucionalmente	-
			0.2.0.2.	perfeita	2
			6.2.5.3.	Imunidade parlamentar	2
7.	Extin	ção da r		dica	2
			,		
				LIVRO II	
				DOS BENS	
1.	Obje	to da rel	lação juríd	ica	2
2.	Bens	corpóre	eos e incor	póreos	2
3.	Patri	mônio			2
4.	Class	sificação	dos bens		2
	4.1.	Bens c	onsiderad	os em si mesmos	2
		4.1.1.	Bens im	óveis e bens móveis	2
			4.1.1.1.	Bens imóveis	2
			4.1.1.2.	Bens móveis	2
		4.1.2.	Bens fur	ngíveis e infungíveis	2
		4.1.3.	Bens co	nsumíveis e inconsumíveis	2
		4.1.4.	Bens div	risíveis e indivisíveis	2
		4.1.5.	Bens sin	gulares e coletivos	2
	4.2.	Bens re	eciprocam	ente considerados	2
		4.2.1.	Bens pri	ncipais e acessórios	2
		4.2.2.	As diver	sas classes de bens acessórios	2
			4.2.2.1.	Os produtos	2
			4.2.2.2.	Os frutos	2
			4.2.2.3.	As pertenças	2
			4.2.2.4.	As benfeitorias	2
	4.3.	Bens q	uanto ao 1	titular do domínio: públicos e particulares	2
	4.4.	Bens q	uanto à po	ossibilidade de serem ou não comercializados:	
		bens fo	ora do con	nércio e bem de família	2

LIVRO III DOS FATOS JURÍDICOS

Título I DO NEGÓCIO JURÍDICO

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

l.	Fato	jurídico	em sentido amplo	299
	1.1.	Concei	ito	300
	1.2.	Espécie	es	301
2.	Negá	cio jurío	dico	303
	2.1.	Concei	ito	303
	2.2.	Finalid	ade negocial	306
		2.2.1.	Aquisição de direitos	306
		2.2.2.	Conservação de direitos	308
		2.2.3.	Modificação de direitos	308
		2.2.4.	Extinção de direitos	309
	2.3.	Teoria	do negócio jurídico	310
	2.4.	Classif	icação dos negócios jurídicos	312
		2.4.1.	Unilaterais, bilaterais e plurilaterais	312
		2.4.2.	Gratuitos e onerosos, neutros e bifrontes	314
		2.4.3.	Inter vivos e mortis causa	315
		2.4.4.	Principais e acessórios. Negócios derivados	316
		2.4.5.	Solenes (formais) e não solenes (de forma livre)	316
		2.4.6.	Simples, complexos e coligados	317
		2.4.7.	Dispositivos e obrigacionais	319
		2.4.8.	Negócio fiduciário e negócio simulado	319
	2.5.	Interp	retação do negócio jurídico	321
3.	Ato j	urídico (em sentido estrito	324
4.	Ato-	fato jurío	dico	326

ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

5.	Class	sificação			329
6.	A tric	cotomia	existência-	-validade-eficácia	329
7.	Requ	isitos de	existência	1	331
	7.1.	Declara	ação de vo	ntade	331
		7.1.1.	O silênci	o como manifestação de vontade	333
		7.1.2.	Reserva	mental	334
			7.1.2.1.	Conceito	334
			7.1.2.2.	Efeitos	335
	7.2.	Finalid	ade negoc	ial	336
	7.3.	Idonei	dade do ob	ojeto	337
8.	Requ	iisitos de	validade		337
	8.1.	Capaci	dade do ag	gente	339
	8.2.	Objeto	lícito, pos	sível, determinado ou determinável	341
	8.3.	Forma			342
				Capítulo II	
				DA REPRESENTAÇÃO	
1.	Intro	dução			345
2.	Espé	cies de r	epresentaç	ção	346
3.	Espé	cies de r	epresentar	ntes	347
4.	Regr	as da rep	resentação	0	348
5.	Repr	esentaçã	io e manda	ato	349
6.	Cont	trato con	isigo mesn	no (autocontratação)	350
	6.1.	Conce	ito		350
	6.2.	Efeitos	;		35
				Capítulo III	
			DA CONI	DIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO	
1.	Intro	dução			354
2.	Con	dição			35
	2.1.	Conce	ito		35.
	2.2.	Eleme	ntos da coi	ndição	35
	2.3.	Condi	ção volunt	ária e condição legal	358

	2.4.	Negócios jurídicos que não admitem condição	359
	2.5.	Classificação das condições	360
	2.6.	Retroatividade e irretroatividade da condição	366
	2.7.	Pendência, implemento e frustração da condição	368
3.	Term	10	369
	3.1.	Conceito	369
	3.2.	Espécies	370
	3.3.	Os prazos e sua contagem	371
4.		rgo ou modo	372
5.	Nego	ócio jurídico processual	374
		Capítulo IV	
		DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	
1.	Intro	dução	376
1. 2.		•	377
۷.	2.1.	ou ignorância	377
	2.2.	Espécies	378
	2.2.	2.2.1. Erro substancial e erro acidental	378
		2.2.1.1. Características do erro substancial	379
		2.2.1.2. Erro substancial e vício redibitório	382
		2.2.2. Erro escusável	383
		2.2.3. Erro real.	386
		2.2.4. Erro obstativo ou impróprio	386
	2.3.	O falso motivo	387
	2.4.	Transmissão errônea da vontade	388
	2.5.	Convalescimento do erro	389
	2.6.	Interesse negativo	389
		O DOLO	
3.	Con	ceito	391
4.		cterísticas	391
5.	Espé	cies de dolo	392
	-	A COAÇÃO	
6.	Con	ceito	399

7.	Espécies de coação	399
8.	Requisitos da coação	400
9.	Coação exercida por terceiro	405
	O ESTADO DE PERIGO	
10.	Conceito	406
11.	Distinção entre estado de perigo e institutos afins	408
	11.1. Estado de perigo e lesão	408
	11.2. Estado de perigo e estado de necessidade	409
	11.3. Estado de perigo e coação	410
12.	Elementos do estado de perigo	411
13.	Efeitos do estado de perigo	413
	A LESÃO	
14.	Conceito	415
15.	Características da lesão	418
16.	Elementos da lesão	419
17.	Efeitos da lesão	421
	A FRAUDE CONTRA CREDORES	
18.	Conceito	423
19.	Elementos constitutivos	424
20.	Hipóteses legais	426
	20.1. Atos de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida	426
	20.2. Atos de transmissão onerosa	428
	20.3. Pagamento antecipado de dívida	429
	20.4. Concessão fraudulenta de garantias	429
21.	Ação pauliana ou revocatória	430
	21.1. Natureza jurídica	430
	21.2. Legitimidade ativa	433
	21.3. Legitimidade passiva	435
22.	Fraude não ultimada	435
23.	Validade dos negócios ordinários celebrados de boa-fé pelo devedor	437
24.	Fraude contra credores e fraude à execução	438

Capítulo V DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

1.	Introdução	4
2.	Negócio jurídico inexistente	4
3.	Nulidade	4
	3.1. Conceito	4
	3.2. Espécies de nulidade	4
	3.3. Causas de nulidade	4
4.	Anulabilidade	4
	4.1. Conceito	4
	4.2. Causas de anulabilidade	4
5.	Diferenças entre nulidade e anulabilidade	4
6.	Disposições especiais	4
7.	Conversão do negócio jurídico	4
	A SIMULAÇÃO	
8.	Conceito	4
9.	Características da simulação	4
10.	Espécies de simulação	4
11.	Hipóteses legais de simulação	4
12.	Efeitos da simulação	4
13.	Simulação e institutos afins	4
	- 6	
	Título II	
	DOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS	
1.	Disposições aplicáveis	4
2.	Críticas à inovação	4
	Título III DOS ATOS ILÍCITOS	
	DOS ATOS ILICITOS	
1.	Conceito	4
2.	Responsabilidade contratual e extracontratual	4
3.	Responsabilidade civil e responsabilidade penal	4
4.	Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva	4

5.	Impu	tabilidade e responsabilidade
	5.1.	A responsabilidade dos privados de discernimento
	5.2.	A responsabilidade dos menores
6.	Press	upostos da responsabilidade extracontratual
	6.1.	Ação ou omissão
	6.2.	Culpa ou dolo do agente
	6.3.	Relação de causalidade
	6.4.	Dano
7.	Atos	lesivos não considerados ilícitos
	7.1.	A legítima defesa
	7.2.	O exercício regular e o abuso de direito
	7.3.	O estado de necessidade
		DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA Capítulo I
		DA PRESCRIÇÃO
1.	Intro	
2.	muo	dução
۷.		duçãoeito e requisitos
3.	Con	
	Cone Prete	ceito e requisitos
3.	Conc Prete Prese	ensões imprescritíveis
3. 4.	Prete Prese Disp	ensões imprescritíveiserição e institutos afins
3.4.5.	Prete Prese Disp Das e	ensões imprescritíveiserição e institutos afins
3.4.5.6.	Prete Prese Disp Das e Das	ceito e requisitos
3.4.5.6.7.	Prete Prese Disp Das e Das	ceito e requisitos
3.4.5.6.7.	Prete Preso Disp Das o Prazo	ceito e requisitos

Título V DA PROVA

l.	Intro	dução	511
2.	Meio	s de prova	512
	2.1.	Confissão	513
	2.2.	Documento	514
	2.3.	Testemunha	518
	2.4.	Presunção	519
	2.5.	Perícia	520
Bib	liograj	ia	52 3

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil **BRASILEIRO**



21º edição 2024





Diretoria executiva

Diretoria editorial

Gerência de produção e projetos

Gerência de contexido e aquisições

Gerência de contexido e aquisições

Gerência editorial

Novos projetos

Aline Darcy Flór de Souza

Edicão Liana Ganiko Brito

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)

Camilla Felix Cianelli Chaves Guilherme Salvador Lais Soriano

Dafila Costa de Oliveira

Rosana Peroni Fazolari Verônica Pivisan Reis Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos

Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva

Kelli Priscila Pinto

Diagramação Claudirene de Moura S. Silva

Revisão Cecília Devus

Capa Lais Soriano

Produção gráfica Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

ISBN 978-85-5360-765-5 OBRA COMPLETA DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) VACNED PODOLEO DA SUVA - COR. 8/8410

٧	AGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410	
G635d	Gonçalves, Carlos Roberto	
	Direito Civil Brasileiro – Teoria geral gações - v. 2 / Carlos Roberto Gonçalves - São Paulo : Saraivajur, 2024.	
	432 p.	
	ISBN: 978-85-5362-255-9 (impresso)	
	1. Diretto. 2. Direito civil. I. Titulo.	
2023-2602		CDD 347 CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil	347
2. Direito civil	347

Data de fechamento da edição: 10-11-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 15697 CL 608489 CAE 844685

ÍNDICE

PARTE ESPECIAL LIVRO | DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

Capítulo I INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1.	Con	ceito e âr	nbito do direito	das obrigações	1	
2.	Impo	ortância	lo direito das o	brigações	3	
3.	Cara	cterística	s principais do	direito das obrigações	4	
4.	Rela	ções con	as outras rami	ficações do direito civil	6	
5.	Dire	itos obri	s obrigacionais ou pessoais e direitos reais			
	5.1.	Princip	ais distinções		8	
	5.2.	Figuras	híbridas		10	
		5.2.1.	Espécies		10	
		5.2.2.	Obrigações pa	opter rem	11	
			5.2.2.1. Con	ceito	11	
			5.2.2.2. Natu	ıreza jurídica	13	
		5.2.3.	Ônus reais		14	
		5.2.4.	Obrigações co	om eficácia real	15	
6.	Evol		-	ıções	15	
7.	Posic	ção do di	reito das obriga	ções no Código Civil	17	
8.	A un	ificação	do direito obrig	acional	18	

Capítulo II NOÇÕES GERAIS DE OBRIGAÇÃO

1.	Conceito de obrigação		
2.	Elementos constitutivos da obrigação		
	2.1. Sujeitos da relação obrigacional (elemento subjetivo)		
	2.2. Objeto da relação obrigacional (elemento objetivo)		
	2.3. Vínculojurídico da relação obrigacional (elemento abstrato)		
3.	Fontes das obrigações		
	3.1. Introdução		
	3.2. Fontes no direito romano e em outras legislações contemporâneas		
	3.3. Concepção moderna das fontes das obrigações		
4.	Distinção entre obrigação e responsabilidade		
	Título I		
	DAS MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES		
1.	Introdução		
2.	Noção geral		
	Capítulo I		
	DAS OBRIGAÇÕES DE DAR		
1.	Introdução		
2.	Formas		
	DAS OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA		
3.	Noção e conteúdo		
4.	Impossibilidade de entrega de coisa diversa, ainda que mais valiosa		
5.	Tradição como transferência dominial		
6.	Direito aos melhoramentos e acrescidos		
7.	Abrangência dos acessórios		
8.	Obrigação de entregar		
	8.1. Perecimento sem culpa e com culpa do devedor		
	8.2. Deterioração sem culpa e com culpa do devedor		
9.	Obrigação de restituir		

9.1. Perecimento sem culpa e com culpa do devedor	. 54
9.2. Deterioração sem culpa e com culpa do devedor	. 55
Das obrigações pecuniárias	. 56
DAS OBRIGAÇÕES DE DAR COISA INCERTA	
. Conceito	. 59
Diferenças e afinidades com outras modalidades	. 60
Disciplina legal	. 61
13.1. Indicação do gênero e quantidade	. 61
13.2. Escolha e concentração	61
13.3. Gênero limitado e ilimitado	. 63
Capítulo II	
DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER	
-	
2	
3.3. Obrigações consistentes em emitir declaração de vontade	75
Capítulo III	
DAS OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER	
Noção e alcance	77
Regras processuais	79
Capítulo IV	
DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS	
Obrigações cumulativas e alternativas	81
· ·	
A concentração	86
Impossibilidade das prestações	87
	9.2. Deterioração sem culpa e com culpa do devedor

۷II

6.	Obrigações facultativas	88
	6.1. Conceito	88
	6.2. Características e efeitos	90
	Capítulo V	
	DAS OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS	
1.	Conceito de obrigação divisível e indivisível	93
2.	Espécies de indivisibilidade	96
3.	A indivisibilidade em relação às várias modalidades de obrigações	98
4.	Efeitos da divisibilidade e da indivisibilidade da prestação	99
	4.1. Pluralidade de devedores	100
	4.2. Pluralidade de credores	102
5.	Perda da indivisibilidade	106
	Capítulo VI	
	DAS OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS	
	DISPOSIÇÕES GERAIS	
1.	Conceito e características	109
2.	Natureza jurídica da solidariedade	111
3.	Diferenças entre solidariedade e indivisibilidade	112
4.	Princípios comuns à solidariedade	113
5.	Espécies de obrigação solidária	116
	DA SOLIDARIEDADE ATIVA	
6.	Conceito	117
7.	Características da solidariedade ativa	120
8.	Disciplina legal	122
9.	Extinção da obrigação solidária	126
10.	Direito de regresso	128
	DA SOLIDARIEDADE PASSIVA	
11.	Conceito e características	130
12.	Direitos do credor	132
13.	Efeitos da morte de um dos devedores solidários	134

14.	Kelaç	ões entre os codevedores solidários e o credor	135
	14.1.	Consequências do pagamento parcial e da remissão	135
	14.2.	Cláusula, condição ou obrigação adicional	137
	14.3.	Renúncia da solidariedade	138
15.	Impo	ssibilidade da prestação	140
16.	Resp	onsabilidade pelos juros	142
17.	Meio	s de defesa dos devedores	143
18.	Relaç	ões dos codevedores entre eles	148
	18.1.	Direito de regresso	149
	18.2.	Insolvência de um dos codevedores solidários	151
		Capítulo VII	
		OUTRAS MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES	
		DAS OBRIGAÇÕES CIVIS E NATURAIS	
1.	Disti	nção entre obrigação civil e obrigação natural	154
2.	Obrig	gação natural	156
	2.1.	Conceito e características	156
	2.2.	Natureza jurídica da obrigação natural	157
	2.3.	Casos de obrigação natural no direito brasileiro	159
	2.4.	Efeitos da obrigação natural	163
		DAS OBRIGAÇÕES DE MEIO, DE RESULTADOE DE GARANTIA	
3.	Obrig	gação de meio e de resultado	166
4.	Obrig	gação de garantia	170
	AS OE	BRIGAÇÕES DE EXECUÇÃO INSTANTÂNEA, DIFERIDA E CONTINUA	DA
5.	Obrig	gações de execução instantânea e de execução diferida	171
6.	Obrig	gação de execução continuada	172
[DAS OI	BRIGAÇÕES PURAS E SIMPLES, CONDICIONAIS, A TERMO E MODA	AIS
7.	Obrig	gações puras e simples	173
8.	Obrig	gações condicionais	175
9.	Obrig	gações a termo	180
10.	Obri	gações modais ou com encargo	182

DAS OBRIGAÇÕES LÍQUIDAS E ILÍQUIDAS

	Conceito	18
	Espécies de liquidação	18
13.	Aplicações práticas da distinção	180
	DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS	
	Conceito e efeitos	18
15.	Espécies	18
	Título II DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	
	Capítulo I DA CESSÃO DE CRÉDITO	
1.	A transmissão das obrigações	189
	1.1. Noções gerais	18
	1.2. Espécies	19
2.	Conceito de cessão de crédito	19
3.	Cessão de crédito e institutos afins	19
4.	Requisitos da cessão de crédito: objeto, capacidade e legitimação	19
5.	Espécies de cessão de crédito	19
6.	Formas	19
7.	Notificação do devedor	19
8.	Responsabilidade do cedente	20
	Capítulo II	
	da assunção de dívida	
1.	Conceito	20
2.	Características e pressupostos	20
3.	Assunção de dívida e institutos afins	20
	3.1. Assunção de dívida e promessa de liberação do devedor	20
	3.2. Assunção de dívida e novação subjetiva por substituição do devedor	20

	3.3. Assunção de dívida e fiança	208
	3.4. Assunção de dívida e estipulação em favor de terceiro	209
4.	Espécies de assunção de dívida	209
5.	Efeitos da assunção de dívida	212
	Capítulo III	
	DA CESSÃO DE CONTRATO	
1.	Conceito. Cessão de contrato e cessão de posição contratual	215
2.	Natureza jurídica	217
3.	Características da cessão da posição contratual	218
4.	Efeitos da cessão da posição contratual	220
	4.1. Efeitos entre o cedente e o contraente cedido	220
	4.2. Efeitos entre o cedente e o cessionário	222
	4.3. Efeitos entre o cessionário e o contraente cedido	222
5.	Cessão da posição contratual no direito brasileiro	223
	Título III	
	DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃODAS OBRIGAÇÕES	
1.	Introdução	226
2.	Liberação pelo adimplemento	226
3.	Princípios da boa-fé e da probidade	227
4.	Disciplina no Código Civil de 2002	229
	Capítulo I	
	DO PAGAMENTO	
1.	Noção e espécies de pagamento	230
2.	Natureza jurídica e requisitos de validade do pagamento	233
3.	De quem deve pagar	235
	3.1. Pagamento efetuado por pessoa interessada	235
	3.2. Pagamento efetuado por terceiro não interessado	237
	3.3. Pagamento efetuado mediante transmissão da propriedade	240
4.	Daqueles a quem se deve pagar	24
	4.1. Pagamento efetuado diretamente ao credor	24
	4.2. Pagamento efetuado ao representante do credor	242

	4.3. Validade do pagamento efetuado a terceiro que não o credor		
	4.4. Pagamento efetuado ao credor putativo		
	4.5. Pagamento ao credor incapaz		
	4.6. Pagamento efetuado ao credor cujo crédito foi penhorado		
5.	Do objeto do pagamento		
	5.1. Pagamento em dinheiro e o princípio do nominalismo		
	5.2. A cláusula de escala móvel		
6.	Da prova do pagamento		
	6.1. A quitação		
	6.2. As presunções de pagamento		
7.	Do lugar do pagamento		
8.	Do tempo do pagamento		
	Capítulo II		
	DO PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO		
1.	Pagamentos especiais		
2.	Conceito de pagamento em consignação		
3.	Objeto da consignação		
4.			
5.	Requisitos de validade da consignação		
6.	Levantamento do depósito		
7.	Disposições processuais		
	Capítulo III		
	DO PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO		
1.	Conceito		
2.	Natureza jurídica		
3.	Espécies		
	3.1. Sub-rogação legal		
	3.2. Sub-rogação convencional		
4.	Efeitos da sub-rogação		
5.	Sub-rogação parcial		

Capítulo IV DA IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO

1.	Conceito	296
2.	Requisitos da imputação do pagamento	297
3.	Espécies de imputação	299
	3.1. Imputação por indicação do devedor	299
	3.2. Imputação por vontade do credor	300
	3.3. Imputação em virtude de lei	301
4.	Imputação do pagamento em contratos de cheque especial	302
	Capítulo V	
	DA DAÇÃO EM PAGAMENTO	
1.	Conceito	304
2.	Elementos constitutivos	305
3.	Natureza jurídica	306
4.	Disposições legais	307
	Capítulo VI DA NOVAÇÃO	
1.	Conceito	310
2.	Requisitos da novação	312
3.	Espécies de novação	315
4.	Efeitos da novação	319
	Capítulo VII	
	DA COMPENSAÇÃO	
1.	Conceito	322
2.	Espécies de compensação	323
	2.1. Compensação legal	323
	2.1.1. Conceito	323
	2.1.2. Requisitos da compensação legal	324
	2.1.2.1. Reciprocidade dos créditos	324
	2.1.2.2. Liquidez das dívidas	325
		XIII

	2.1.2.3. Exigibilidade das prestações	326
	2.1.2.4. Fungibilidade dos débitos	326
	2.2. Compensação convencional	327
	2.3. Compensação judicial	328
3.	Dívidas não compensáveis	329
4.	Regras peculiares	332
	Capítulo VIII	
	DA CONFUSÃO	
1.	Conceito e características	335
2.	Espécies de confusão	336
3.	Efeitos da confusão	337
4.	Cessação da confusão	338
	2 4 1 24	
	Capítulo IX DA REMISSÃO DE DÍVIDAS	
		220
1.	Conceito e natureza jurídica	339
2.	Espécies de remissão	340
3.	Presunções legais	342
4.	A remissão em caso de solidariedade passiva	343
	Título IV	
	DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES	
	Capítulo I	
	DISPOSIÇÕES GERAIS	
1.	A obrigatoriedade dos contratos	344
2.	Inadimplemento absoluto	346
	2.1. Inadimplemento culposo da obrigação	347
	2.1.1. Perdas e danos	348
	2.1.2. Responsabilidade patrimonial	349
	2.1.3. Contratos benéficos e onerosos	350
	2.2. Inadimplemento fortuito da obrigação	350

Capítulo II DA MORA

1.	Conceito				
2.	Mora e inadimplemento absoluto				
3.	Espécies de mora				
	3.1. Mora do devedor	359			
	3.1.1. Espécies	359			
	3.1.2. Requisitos	363			
	3.1.3. Efeitos	364			
	3.2. Mora do credor	366			
	3.2.1. Requisitos	366			
	3.2.2. Efeitos	367			
	3.3. Mora de ambos os contratantes	368			
4.	Purgação e cessação da mora	369			
	Capítulo III				
	DAS PERDAS E DANOS				
1.	Conceito	371			
2.	Dano emergente e lucro cessante	372			
3.	Obrigações de pagamento em dinheiro	374			
	Capítulo IV				
	DOS JUROS LEGAIS				
1.	Conceito	377			
2.	Espécies	377			
3.	Regulamentação legal	381			
4.	Anatocismo ou capitalização de juros	386			
5.	Juros compensatórios bancários	387			
	Capítulo V				
	DA CLÁUSULA PENAL				
1.	Conceito	389			
2.	Natureza jurídica	390			

STJ00119389 - V. 2

3.	Funções da cláusula penal	390
4.	Valor da cláusula penal	393
5.	Espécies de cláusula penal	397
6.	Efeitos da distinção entre as duas espécies	399
7.	Cláusula penal e institutos afins	400
8.	Cláusula penal e pluralidade de devedores	403
	Capítulo VI	
	DAS ARRAS OU SINAL	
1.	Conceito	404
2.	Natureza jurídica	404
3.	Espécies	405
4.	Funções das arras	406
Bib	oliografia	409

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil **BRASILEIRO**



21º edição 2024





Diretoria executiva Diretoria editorial Gerência de producão e profetos Fernando Penteado Gerência de conteúdo e aquisições Gerência editorial

Flávia Alves Bravin Ana Paula Santos Matos Thais Cassoli Reato Cézar

Livia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flor de Souza Dalila Costa de Oliveira

> Edição Liana Ganiko Brito

Design e Produção Jeferson Costa da Silva (coord.)

Camilla Felix Cianelli Chaves Guitherme Salvador Lais Soriano Rosana Peroni Fazolari Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintía Aparecida dos Santos

> Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva

Kelli Priscila Pinto

Diagramação Fernanda Matais Revisão Daniela Georgeto

Capa Lais Soriano

Produção gráfica Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Lovola

ISBN 978-85-5360-765-5 OBRA COMPLETA DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD VABNER RODOLFO OA SILVA - CRB-8/9410

G635d Goncalves, Carlos Roberto

Direito civil brasileiro v. 3 - contratos e atos unilaterais / Carlos Roberto Gonçalves.

- 21. ed. - São Paulo: SaraivaJur, 2024.

728 B.

ISBN: 978-85-5362-249-8 (Impresso) 1. Direito. 2. Direlto Civil. I. Titulo.

2023-2603

CDD 347 CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Civil 347 2. Direito Civil 347

Data de fechamento da edicão: 10-11-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou torma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD. OBRA CL 608491 CAE 844691 11347

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE DOS CONTRATOS

TITULO I TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

Capítulo I NOÇÃO GERAL

Conc	ceito	1		
Evolução histórica				
Funç	ão social do contrato	4		
Contrato no Código de Defesa do Consumidor				
Condições de validade do contrato				
5.1.	Requisitos subjetivos	16		
5.2.	Requisitos objetivos	18		
5.3.	Requisitos formais	19		
Princ	rípios fundamentais do direito contratual	22		
6.1.	Princípio da autonomia da vontade	22		
6.2.	Princípio da supremacia da ordem pública	25		
6.3.	Princípio do consensualismo	27		
6.4.	Princípio da relatividade dos efeitos do contrato	28		
6.5.	Princípio da obrigatoriedade dos contratos	29		
6.6.	Princípio da revisão dos contratos ou da onerosidade excessiva	32		
	Evolution Funç Control Control S.1. 5.2. 5.3. Prince 6.1. 6.2. 6.3. 6.4. 6.5.	Evolução histórica		

	6.7. Princípio da boa-fé e da probidade			
		6.7.1. Boa-fé subjetiva e boa-fé objetiva	36	
		6.7.2. Disciplina no Código Civil de 2002	38	
		6.7.3. Proibição de venire contra factum proprium	42	
		6.7.4. Suppressio, surrectio e tu quoque	43	
		6.7.5. Duty to mitigate the loss e Nachfrist	46	
7.	Inter	pretação dos contratos	48	
	7.1.	Conceito e extensão	48	
	7.2.	Princípios básicos	50	
	7.3.	Regras esparsas	53	
	7.4.	Interpretação dos contratos no Código de Defesa do Consumidor	53	
	7.5.	Critérios práticos para interpretação dos contratos	54	
	7.6.	Interpretação dos contratos de adesão	55	
8.	Pacto	os sucessórios	55	
		DA FORMAÇÃO DOS CONTRATOS		
1.	A ma	ınifestação da vontade	57	
2.	Nego	ociações preliminares	58	
3.	A pro	pposta	60	
	3.1.	Conceito e características	60	
	3.2.	A oferta no Código Civil	62	
		3.2.1. A força vinculante da oferta	62	
		3.2.2. Proposta não obrigatória	62	
	3.3.	A oferta no Código de Defesa do Consumidor	64	
4.	A ace	eitação	66	
	4.1.	Conceito e espécies	66	
	4.2.	Hipóteses de inexistência de força vinculante da aceitação	67	
5.	Mon	nento da conclusão do contrato	67	
	5.1.	Contratos entre presentes	67	
	5.2.	Contratos entre ausentes	68	
6.	·	r da celebração	69	
7.	Forn	nação dos contratos pela Internet	70	

Capítulo III CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS

1.	Introdução				
2.	Contratos unilaterais, bilaterais e plurilaterais				
3.	Contratos gratuitos ou benéficos e onerosos				
4. Contratos comutativos e aleatórios					
	4.1. Contratos aleatórios por natureza				
	4.2. Contratos acidentalmente aleatórios				
5.	Contratos paritários e de adesão. Contrato-tipo				
6.	Contratos de execução instantânea, diferida e de trato sucessivo				
7.	Contratos personalíssimos e impessoais				
8.	Contratos individuais e coletivos				
9.	Contratos principais e acessórios. Contratos derivados				
10.	Contratos solenes e não solenes				
11.	Contratos consensuais e reais				
12.	Contratos preliminares e definitivos				
13.	Contratos nominados e inominados, típicos e atípicos, mistos e coligados. União de contratos				
	CAPÍTULO IV				
	DA ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO				
1.	Conceito				
2.	Escorço histórico				
3.	Natureza jurídica da estipulação em favor de terceiro				
4.	A regulamentação da estipulação de terceiro no Código Civil				
	Capítulo V				
	DA PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO				
1.	Introdução				
2.	Promessa de fato de terceiro				
3.	Inovações introduzidas pelo Código Civil de 2002				

CAPÍTULO VI DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS

1.	Disci	iplina no	Código (Civil	112
	1.1.	1.1. Conceito			112
	1.2.	Fundamento jurídico			114
	1.3.	Requisitos para a caracterização dos vícios redibitórios			
	1.4. Efeitos. Ações cabíveis			117	
		1.4.1.	Espécie	s de ações	118
	1.4.2. Prazos decadenciais			118	
	1.4.3. Hipóteses de descabimento das ações edilícias				120
			1.4.3.1.	Coisas vendidas conjuntamente	120
			1.4.3.2.	Inadimplemento contratual	120
			1.4.3.3.	Егто quanto às qualidades essenciais do objeto	121
			1.4.3.4.	Coisa vendida em hasta pública	122
2.	Disci	plina no	Código o	le Defesa do Consumidor	123
				CAPÍTULO VII	
				DA EVICÇÃO	
1.	Cond	eito e fu	ındament	o jurídico	126
2.				128	
3.					130
4.	-			136	
5.	Da e	vicção pa	arcial		138
				CAPÍTULO VIII	
			DOS	CONTRATOS ALEATÓRIOS	
1.	Cond	ceito e es	spécies		140
2.	Vend	a de coi	sas futura	s	144
	2.1.	Risco o	concernen	ite à própria existência da coisa: emptio spei	144
	2.2. Risco respeitante à quantidade da coisa esperada: <i>emptio rei</i>				
		sperata	e		145
3.	Vend	a de coi	sas existei	ntes, mas expostas a risco	145

CAPÍTULO IX DO CONTRATO PRELIMINAR

1.	Conceito			
2.	Evolução da promessa de compra e venda no direito brasileiro			
3.	A disciplina do contrato preliminar no Código Civil de 2002			
	Capítulo X			
	DO CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR			
1.	Conceito			
2.	Natureza jurídica			
3.	Aplicações práticas			
4.	Contrato com pessoa a declarar e institutos afins			
5.	Disciplina no Código Civil de 2002			
	Capítulo XI			
	DA EXTINÇÃO DO CONTRATO			
1.	Modo normal de extinção			
2.	Extinção do contrato sem cumprimento			
	2.1. Causas anteriores ou contemporâneas à formação do contrato			
	2.1.1. Nulidade absoluta e relativa			
	2.1.2. Cláusula resolutiva. O adimplemento substancial do con-			
	trato			
	2.1.3. Direito de arrependimento			
	2.2. Causas supervenientes à formação do contrato			
	2.2.1. Resolução			
	2.2.1.1. Resolução por inexecução voluntária			
	2.2.1.1.1. Exceção de contrato não cumprido			
	2.2.1.1.2. Garantia de execução da obrigação a			
	prazo			
	2.2.1.2. Resolução por inexecução involuntária			
	2.2.1.3. Resolução por onerosidade excessiva			
	2.2.1.3.1. A cláusula rebus sic stantibus e a teoria da			
	imprevisão			

			2.2.1.3.2. A onerosidade excessiva no Código Civil brasileiro de 2002
		2.2.2.	
		2.2.2.	Resilição 2.2.2.1. Distrato e quitação
			2.2.2.2. Resilição unilateral: denúncia, revogação,
			renúncia e resgate
		2.2.3.	Morte de um dos contratantes
		2.2.4.	Rescisão
		2.2.5.	Reajuste de aluguel no período da Covid-19
			Τίτυιο ΙΙ
			DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO
1.	Intro	dução a	o estudo das várias espécies de contrato
2.	Espé	cies de c	ontrato reguladas no Código Civil de 2002
			Capítulo I
			DA COMPRA E VENDA
1.	Con	ceito e ca	aracterísticas do contrato de compra e venda
2.	Unif	icação d	a compra e venda civil e mercantil
3.	Natu	reza jurí	dica da compra e venda
4.	Elem	entos da	a compra e venda
	4.1.	O cons	sentimento
	4.2.	O preç	0
	4.3.	A coisa	1
		4.3.1.	Existência da coisa
		4.3.2.	Individuação da coisa
		4.3.3.	Disponibilidade da coisa
5.			mpra e venda
	5.1.		principais: geração de obrigações recíprocas e da respon-
			ade pelos vícios redibitórios e pela evicção
	5.2.		secundários ou subsidiários
		5.2.1.	1
		5.2.2.	1 3
		5.2.3.	O direito de reter a coisa ou o preço
6.	Limi	tações à	compra e venda

6.1. Venda de ascendente a descendente
6.2. Aquisição de bens por pessoa encarregada de zelar pelos interesses do vendedor
6.3. Venda da parte indivisa em condomínio
6.4. Venda entre cônjuges
Vendas especiais
7.1. Venda mediante amostra
7.2. Venda ad corpus e venda ad mensuram
DAS CLÁUSULAS ESPECIAIS À COMPRA E VENDA
Introdução
Da retrovenda
Da venda a contento e da sujeita a prova
Da preempção ou preferência
Da venda com reserva de domínio
Da venda sobre documentos
Capítulo II
DA TROCA OU PERMUTA
Conceito e caracteres jurídicos
Regulamentação jurídica
.
Capítulo III
CAPÍTULO III DO CONTRATO ESTIMATÓRIO
DO CONTRATO ESTIMATÓRIO
DO CONTRATO ESTIMATÓRIO Conceito e natureza jurídica
DO CONTRATO ESTIMATÓRIO Conceito e natureza jurídica
DO CONTRATO ESTIMATÓRIO Conceito e natureza jurídica
DO CONTRATO ESTIMATÓRIO Conceito e natureza jurídica
DO CONTRATO ESTIMATÓRIO Conceito e natureza jurídica
DO CONTRATO ESTIMATÓRIO Conceito e natureza jurídica

6.	Da revogação da doação	287
	6.1. Casos comuns a todos os contratos	287
	6.2. Revogação por descumprimento do encargo	287
	6.3. Revogação por ingratidão do donatário	288
	Capítulo V	
	DA LOCAÇÃO DE COISAS	
1.	Conceito e natureza jurídica	293
2.	Elementos do contrato de locação	296
3.	Obrigações do locador	300
4.	Obrigações do locatário	302
5.	Disposições complementares	304
6.	Locação de prédios	306
7.	Locação de prédio urbano	310
8.	Reajuste de aluguel no período da Covid-19	319
	Capítulo VI	
	DO EMPRÉSTIMO	
1.	Conceito	322
2.	Espécies	322
	DO COMODATO	
3.	Conceito e características	323
4.	Direitos e obrigações do comodatário	329
5.	Direitos e obrigações do comodante	334
6.	Extinção do comodato	335
	DO MÚTUO	
7.	Conceito	336
8.	Características	337
9.	Requisitos subjetivos	339
10.	Objeto do mútuo	342
11.	Direitos e obrigações das partes	345

Capítulo VII DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1.	Conceito	347
2.	Natureza jurídica	349
3.	Duração do contrato	350
4.	Extinção do contrato	352
5.	Disposições complementares	352
	Capítulo VIII	
	DA EMPREITADA	
1.	Conceito	355
2.	Características	357
3.	Espécies de empreitada	357
4.	Verificação e recebimento da obra	360
5.	Responsabilidade do empreiteiro	362
6.	Responsabilidade do proprietário	367
7.	Extinção da empreitada	370
	Capítulo IX	
	DO DEPÓSITO	
1.	Conceito	371
2.	Características	372
3.	Espécies de depósito	376
4.	Depósito voluntário	376
	4.1. Conceito e requisitos	376
	4.2. Natureza jurídica	377
5.	Obrigações do depositante	378
6.	Obrigações do depositário	379
7.	Depósito necessário	384
	7.1. Depósito legal	385
	7.2. Depósito miserável	385
	7.3. Depósito do hospedeiro	386

8.	Depósito irregular	388
9.	Ação de depósito	390
10.	Prisão do depositário infiel	391
	Capitalia	
	Capítulo X do mandato	
1.	Conceito	394
2.	Características	396
3.	Mandato e representação	397
4.	Pessoas que podem outorgar procuração	399
5.	Pessoas que podem receber mandato	401
6.	A procuração como instrumento do mandato. Requisitos e substabe-	
	lecimento	402
7.	Espécies de mandato	405
8.	Mandato especial e geral, e mandato em termos gerais e com poderes	
_	especiais	408
9.	Mandato outorgado a duas ou mais pessoas	410
	Aceitação do mandato	410
	Ratificação do mandato	411
	Obrigações do mandatário	411
	Obrigações do mandante	417
	Extinção do mandato	419
	Irrevogabilidade do mandato	423
16.	Mandato judicial	427
	Capítulo XI	
	DA COMISSÃO	
1.	Origem histórica	430
2.	Conceito e natureza jurídica	431
3.	Remuneração do comissário	433
4.	Características do contrato de comissão	434
5.	Direitos e obrigações do comissário	437
6.	Direitos e obrigações do comitente	440
7.	Comissão del credere	441

Capítulo XII DA AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

1.	Conceito e natureza jurídica	443
2.	Características do contrato de agência	444
3.	Características do contrato de distribuição	445
4.	Remuneração do agente	447
5.	Direitos e obrigações das partes	448
	Capítulo XIII	
	DA CORRETAGEM	
1.	Conceito	450
2.	Natureza jurídica	451
3.	Direitos e deveres do corretor	452
4.	A remuneração do corretor	453
	Capítulo XIV	
	DO TRANSPORTE	
1.	Introdução	459
2.	Conceito de contrato de transporte	460
3.	Natureza jurídica	461
4.	Espécies de transporte	462
5.	Disposições gerais aplicáveis às várias espécies de contrato de trans-	
	porte	463
	5.1. O caráter subsidiário da legislação especial, dos tratados e con-	
	venções internacionais	464
	5.2. Transporte cumulativo e transporte sucessivo	467
6.	O transporte de pessoas	468
7.	O transporte de coisas	473
8.	Direitos e deveres do transportador	476
9.	Direitos e deveres do passageiro	478
10.	O transporte gratuito	480

CAPÍTULO XV DO SEGURO

1.	Conceito e características	482			
2.	Natureza jurídica	484			
3.	A apólice e o bilhete de seguro4				
4.	O risco	486			
5.	Espécies de seguro				
	5.1. Seguro de dano	490			
	5.2. Seguro de pessoa	500			
	5.2.1. Seguro de vida	500			
	5.2.2. Seguro de vida em grupo	509			
6.	Obrigações do segurado	512			
7.	Obrigações do segurador	517			
8.	Prazos prescritivos	520			
	Capítulo XVI				
	DA CONSTITUIÇÃO DE RENDA				
1.	Conceito	523			
2.	Natureza jurídica	524			
3.	Características	525			
4.	Regras aplicáveis	526			
5.	Extinção da constituição de renda	528			
	Capítulo XVII				
	DO JOGO E DA APOSTA				
1.	Conceito e natureza jurídica	529			
2.	Espécies de jogo	531			
3.	Consequências jurídicas	532			
4.	Contratos diferenciais	534			
5.	A utilização do sorteio	535			
	Capítulo XVIII				
	DA FIANÇA				
1.	Conceito	537			
2.	Natureza jurídica da fiança	538			

3.	Espécies de fiança	541
4.	Requisitos subjetivos e objetivos	541
5.	Efeitos da fiança	545
	5.1. Benefício de ordem	546
	5.2. Solidariedade dos cofiadores	547
6.	Extinção da fiança	550
	CAPÍTULO XIX	
	DA TRANSAÇÃO	
1.	Conceito	555
2.	Elementos constitutivos	556
3.	Natureza jurídica	557
4.	Espécies de transação e sua forma	559
5.	Principais características da transação	561
6.	Objeto da transação	563
7.	Efeitos em relação a terceiros	565
	Capítulo XX	
	DO COMPROMISSO E DA ARBITRAGEM	
1.	Conceito	568
2.	Natureza jurídica	571
3.	Constitucionalidade da arbitragem	571
4.	Cláusula compromissória e compromisso arbitral	572
5.	Espécies de compromisso arbitral	574
6.	Requisitos legais	574
7.	Extinção do compromisso arbitral	575
8.	Dos árbitros	575
9.	Do procedimento arbitral	576
10.	Da carta arbitral	577
11.	Da sentença arbitral	577
12.	Irrecorribilidade da decisão arbitral	578
13.	Arbitragem e administração pública	580
14.	Arbitragem e interrupção da prescrição	580
15.	Mediação	580

DOS ATOS UNILATERAIS

	INTRODUÇÃO	A0	ESTUDO	DOS	ATOS	UNIL	ATERAIS
--	------------	----	---------------	-----	-------------	------	----------------

1.	Os atos unilaterais como fontes de obrigações	583
2.	A disciplina dos atos unilaterais no Código Civil de 2002	584
	Capítulo I	
	DA PROMESSA DE RECOMPENSA	
1.	Conceito e natureza jurídica	586
2.	Requisitos	587
3.	Exigibilidade da recompensa	589
<i>4</i> .	Revogabilidade da promessa	590
5.	-	590
	Capítulo II	
	DA GESTÃO DE NEGÓCIOS	
1.	Conceito e pressupostos	592
2.	Obrigações do gestor do negócio	595
3.	Obrigações do dono do negócio	596
4.	A ratificação do dono do negócio	597
	Capítulo III	
	DO PAGAMENTO INDEVIDO	
1.	Conceito	599
2.	Espécies de pagamento indevido	602
3.	Accipiens de boa e de má-fé	603
4.	Recebimento indevido de imóvel	604
5.	Pagamento indevido sem direito à repetição	605
	CAPÍTULO IV	
	DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	
1.	Conceito	608
2.	A disciplina no Código Civil de 2002	609
3.	Requisitos da ação de in rem verso	610

Capítulo V DOS TÍTULOS DE CRÉDITO

1.	A dis	cipiina i	10 Coalgo Civil de 2002	01
2.	Cond	ceito de 1	título de crédito	61
3.	Princ	cípios fu	ndamentais	61
	3.1.	Cartul	aridade	61
	3.2.	Literali	idade	61
	3.3.	Autono	omia	61
		3.3.1.	Abstração	61
		3.3.2.	Inoponibilidade	61
4.	Legis	slação ap	olicável	61
5.	Espé	cies de t	ítulos de crédito	62
6.	Títul	o ao por	tador	62
7.	Títul	o à orde	m	62
	7.1.	Letra d	le câmbio	62
		7.1.1.	Institutos típicos do direito cambial	62
			7.1.1.1. Aceite	62
			7.1.1.2. Endosso	62
			7.1.1.3. Aval	63
			7.1.1.4. Protesto	63
		7.1.2.	Ação cambial	63
	7.2.	Nota p	promissória	63
	7.3.	_	e	63
	7.4.		ata	64
8.	Títul	-	nativo	64
			DOS CONTRATOS ESPECIAIS	
			Capítulo I da edição	
1.	Noca	ão de edi	ição	64
2.			to	65
3.		,	veres do autor	65
٥.	D.I.C.			00

4.	Direitos e deveres do editor	652
5.	Extinção do contrato de edição	652
6.	Da representação dramática	653
	Capítulo II	
	DOS CONTRATOS BANCÁRIOS	
1.	Conceito	656
2.	Depósito bancário	656
	2.1. Distinção entre depósito bancário e mútuo	657
	2.2. Espécies de depósito bancário	658
	2.2.1. Depósito em conta-corrente	658
	2.2.2. Cadernetas de poupança	659
	2.2.3. Contas conjuntas	659
	2.2.4. Juros e correção monetária	660
3.	Abertura de crédito	661
4.	Desconto bancário	663
5.	Contrato de financiamento	664
6.	Custódia de valores	664
7.	Aluguel de cofre	664
8.	Cartão de crédito	666
	Capítulo III	
	DO ARRENDAMENTO MERCANTIL OU LEASING	
1.	Conceito e características	668
2.	Espécies de arrendamento mercantil	671
3.	Extinção do leasing	672
4.	Aspectos processuais	673
	Capítulo IV	
	DA FRANQUIA OU <i>FRANCHISING</i>	
1.	Conceito	675
2.	Características	676
3.	Elementos	677
4.	Espécies de franquia	677
5.	Extinção do franchising	678

Capítulo V **Da faturização ou** *factoring*

1.	Conceito	679
2.	Características	680
3.	Espécies de faturização	681
4.	Extinção do factoring	682
	Capítulo VI	
	DO CONTRATO DE RISCO OU <i>JOINT VENTURE</i>	
ı.	Conceito	683
2.	Características	684
	Capítulo VII	
	DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA OU <i>KNOW-HOW</i>	
1.	Introdução	685
2.	Conceito	686
3.	Modalidades	686
4.	Natureza jurídica	687
5.	Extinção	687
	Capítulo VIII	
	DO CONTRATO DE ENGINEERING	
1.	Conceito	689
2.	Espécies e características	689
	Capítulo IX	
	DA COMERCIALIZAÇÃO DE PROGRAMA DE COMPUTADOR (SOFTWARE)
ı.	Noção introdutória	691
2.	Disciplina legal	691
3.	Transações eletrônicas	692
Bil	bliografia	695

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

DIREITO DE FAMÍLIA

6

21ª edição 2024





Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência de contexido e aquisições Thais Cassoli Reato Cézar
Gerência editorial Livia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira **Edição**

Liana Ganiko Brito

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)

Camilla Felix Cianelli Chaves

Lais Soriano

Rosana Peroni Fazolari Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos

Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva

Kelli Priscila Pinto

Diagramação Tangente Design Revisão Lígia Alves Capa Lais Soriano **Produção**

oráfica Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) VAGNER RODOLFO DA SILVA — CRB-8/9410

G635d Goncalves, Carlos Roberto

Direito civil brasileiro v. 6 - direito de familia / Carlos Roberto Gonçalves. - 21. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2024.

704 p.

ISBN: 978-85-5362-239-9 (impresso)

1. Diretto. 2. Direito Civil. 3. Direito de família.

CDD 347

CDU 347

t. IRUSO.

2023-2650

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil 347 2. Direito civil 347

Data de fechamento da edição: 10-11-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓO. OBRA 15696 CL 608497 CAE 844

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

Capítulo Único DIREITO DE FAMÍLIA

l.	Noção de direito de família
2.	Conteúdo do direito de família
3.	Princípios do direito de família
4.	Natureza jurídica do direito de família
5.	Família e casamento
6.	Evolução histórica do direito de família
7.	O direito de família na Constituição de 1988 e no Código Civil de
	2002
	DO DIREITO PESSOAL
	Título I
	DO CASAMENTO
	Capítulo I
	DISPOSIÇÕES GERAIS
1.	Conceito
2.	Natureza jurídica
3.	Caracteres do casamento
4.	Finalidades do casamento
	Capítulo II
	Capítulo II DO PROCESSO DE HABILITAÇÃOPARA O CASAMENTO
	•
1.	
	1.1. Requisitos gerais e específicos
	1.2. Suprimento judicial de idade
	1.3. Suprimento judicial do consentimento dos representantes legais

2.	O procedimento para a habilitação
	2.1. Documentos necessários
	2.1.1. Certidão de nascimento ou documento equivalente 4
	2.1.2. Autorização das pessoas sob cuja dependência legal
	estiverem, ou ato judicial que a supra4
	2.1.3. Declaração de duas pessoas maiores, parentes ou não,
	que atestem conhecer os nubentes e afirmem não exis-
	tir impedimento4
	2.1.4. Declaração do estado civil, do domicílio e da residência
	dos contraentes e de seus pais, se forem conhecidos 4.
	2.1.5. Certidão de óbito do cônjuge falecido, da anulação do casa-
	mento anterior ou do registro da sentença de divórcio 4.
	Capítulo III
	DOS IMPEDIMENTOS
1.	Conceito e espécies
2.	Impedimentos resultantes do parentesco (consanguinidade, afinida-
	de e adoção)
	2.1. A consanguinidade
	2.2. A afinidade
	2.3. A adoção
3.	Impedimento resultante de casamento anterior
4.	Impedimento decorrente de crime
	Capítulo IV
	DAS CAUSAS SUSPENSIVAS
ı.	Introdução
2.	Confusão de patrimônios
3.	Divórcio
4.	Confusão de sangue (turbatio sanguinis)
5.	Tutela e curatela
6.	Observações finais
	Capítulo V
	DA OPOSIÇÃO DOS IMPEDIMENTOSE DAS CAUSAS SUSPENSIVAS
1.	Da oposição dos impedimentos
	1.1. Pessoas legitimadas

1.3. Forma da oposição
Da oposição das causas suspensivas
2.1. Pessoas legitimadas
2.2. Momento da oposição das causas suspensivas
2.3. Forma da oposição
Capítulo VI
DA CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO
Formalidades
Momento da celebração
Suspensão da cerimônia
Assento do casamento no livro de registro
Casamento por procuração
Capítulo VII
DAS PROVAS DO CASAMENTO
Introdução
Prova específica: certidão do registro
Posse do estado de casados: conceito e elementos
3.1. Validade como prova do casamento de pessoas falecidas ou
que não possam manifestar vontade
3.2. Importância na solução da dúvida entre as provas favoráveis e
contrárias à existência do casamento
Prova do casamento celebrado no exterior
Casamento cuja prova resultar de processo judicial
Capítulo VIII
ESPÉCIES DE CASAMENTO VÁLIDO
Casamento válido
Casamento putativo
2.1. Conceito
2.2. Efeitos
Casamento nuncupativo e em caso de moléstia grave
Casamento religioso com efeitos civis
4.1. Retrospectiva histórica

5.	Casa	mento c	onsular	
6.	Conv	versão d	a união es	tável em casamento
				Capítulo IX
		DA	INEXISTÊ	NCIA E DAINVALIDADE DO CASAMENTO
1.	Casa			e
••	1.1.			sexos
	1.2.			timento
	1.3.			ebração na forma da lei
2.	Casa			,
	2.1.			eoria das nulidades
	2.2.	Casam	iento nulo	D
		2.2.1.	Casos de	e nulidade
		2.2.2.	Pessoas	legitimadas a arguir a nulidade
		2.2.3.	Ação de	claratória de nulidade
	2.3.	Casam	iento anu	lável
		2.3.1.	Defeito	de idade
		2.3.2.	Falta de	autorização do representante legal
		2.3.3.	Erro ess	encial sobre a pessoa do outro cônjuge
			2.3.3.1.	Erro sobre a identidade do outro cônjuge,
				sua honra e boa fama
			2.3.3.2.	,
			2.3.3.3.	8
				de moléstia grave
		2.3.4.		vontade determinado pela coação
		2.3.5.	-	idade de manifestação do consentimento
		2.3.6.		ão por mandatário, estando revogado o mandato.
_	-	2.3.7.		ção por autoridade incompetente
3.	Casa	mento i	rregular	
				Capítulo X
			DA EF	ICÁCIA JURÍDICA DO CASAMENTO
1.	Efeit	os juríd	icos do ca	samento
	1.1.	1.1. Efeitos sociais		
	1.2.	Efeito	s pessoais	
	1.3.	Efeito	s patrimo	niais

2.	2. Deveres recíprocos dos cônjuges				
	2.1. Fidelidade recíproca	•••••			
	2.2. Vida em comum, no domicílio conjugal				
	2.3. Mútua assistência				
	2.4. Sustento, guarda e educação dos filhos	•••••			
	2.5. Respeito e consideração mútuos				
3.	3. Direitos e deveres de cada cônjuge	•••••			
4.	, &				
	Capítulo XI				
	DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO (CONJUGAL			
1.	, 8				
2.	2. Inovação introduzida pela Emenda Constitucional n. 6	6/2010			
	2.1. Breve escorço histórico	••••••			
	2.2. Extinção das causas subjetivas e objetivas da d	lissolução do			
	casamento				
3.	, 6				
4.	, 6				
5.	·				
5.	6. Separação judicial e extrajudicial	•••••			
	6.1. Separação de direito ocorrida antes do advento				
	Constitucional n. 66/2010				
	6.2. Modalidades de divórcio				
	6.3. Efeitos decorrentes da "PEC do Divórcio"	•••••			
	6.4. Espécies e efeitos da separação judicial e extrajud	dicial			
	6.5. Caráter pessoal da ação				
	6.6. Tentativa de reconciliação e presença de advogac	do			
	SEPARAÇÃO JUDICIAL POR MÚTUO CONSENT	IMENTO			
	6.7. Características. Requisito				
	6.8. Procedimento. Cláusulas obrigatórias				
	6.9. Promessa de doação na separação consensual				
	6.10. O procedimento administrativo, mediante escri	itura pública,			
	para a separação e o divórcio consensuais	••••••			
	6.10.1. Inexistência de nascituro ou de filhos	incapazes do			
	casal				

	6.10.2. Consenso do casal sobre todas as questoes emergentes
	da separação ou do divórcio
	6.10.3. Lavratura de escritura pública por tabelião de notas
	6.10.4. Assistência de advogado
	6.10.5. Separação ou divórcio consensuais celebrados por
	autori dades consulares
	CEDADAÇÃO HIDIOIAL A DECIDO DE UM DOC CÔMUNOS
	SEPARAÇÃO JUDICIAL A PEDIDO DE UM DOS CÔNJUGES
	6.11. Espécies
	6.12. Grave infração dos deveres do casamento
	6.12.1. Adultério
	6.12.2. Abandono voluntário do lar conjugal
	6.12.3. Sevícia e injúria grave
	6.12.4. Abandono material e moral dos filhos
	6.12.5. Imputação caluniosa
	6.13. Confissão real e ficta
	6.14. Insuportabilidade da vida em comum
	6.15. Ruptura da vida em comum
	6.16. Separação por motivo de grave doença mental
	6.17. Separação de corpos
7.	O uso do nome do outro cônjuge
3.	Restabelecimento da sociedade conjugal
	DIVÓRCIO
	Introdução
	Divórcio-conversão
	Divórcio direto
	O uso do nome do cônjuge após o divórcio
٠.	O uso do nome do conjuge apos o divorcio
	PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS
4.	Proteção à pessoa dos filhos na separação judicial ou divórcio
	14.1. A guarda unilateral
	14.2. A guarda compartilhada
15.	Proteção aos filhos na separação de fato
l 6.	Direito de visita
17.	A síndrome da alienação parental

Título II DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

1.	Introdução	26
2.	Relações de parentesco socioafetivas	27
3.	A multiparentalidade	27
4.	O vínculo de parentesco: linhas e graus	27
5.	Espécies de parentesco	28
	Capítulo II	
	DA FILIAÇÃO	
1.	Introdução	28
2.	Presunção legal de paternidade	28
	2.1. A presunção pater is est	28
	2.2. A procriação assistida e o Código Civil de 2002	2
3.	Ação negatória de paternidade e de maternidade	2
4.	Prova da filiação	30
	Capítulo III	
	DO RECONHECIMENTO DOS FILHOS	
1.	Filiação havida fora do casamento	3
2.	Reconhecimento voluntário	3
	2.1. Modos de reconhecimento voluntário dos filhos	3
	2.2. Oposição ao reconhecimento voluntário	3
3.	Reconhecimento judicial: investigação de paternidade e maternidade	3
	3.1. Legitimidade para a ação	3
	3.2. Fatos que admitem a investigação de paternidade	3
	3.3. Ação de investigação de maternidade	3
	3.4. Meios de prova	3
4.	Efeitos do reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento	3

Capítulo IV DA ADOÇÃO

1.	Conceito e natureza juridica			
2.	Antecedentes históricos			
3.	A atual disciplina da adoção			
4.				
5.	Quem pode ser adotado			
6.				
7.	Efeitos da adoção			
	7.1. Efeitos de ordem pessoal			
	7.2. Efeitos de ordem patrimonial			
8.	Adoção internacional			
	Capítulo V			
	DO PODER FAMILIAR			
1.	Conceito			
2.	Características			
3.	Titularidade do poder familiar			
4.	Conteúdo do poder familiar			
	4.1. Quanto à pessoa dos filhos			
	4.2. Quanto aos bens dos filhos			
5.	Extinção e suspensão do poder familiar			
	5.1. Extinção e perda ou destituição do poder familiar			
	5.2. Suspensão do poder familiar			
	DO DIREITO PATRIMONIAL			
	Título I			
	DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES			
1.	Disposições gerais			
2.	Regime de bens: princípios básicos			
	2.1. Da imutabilidade absoluta à mutabilidade motivada			
	2.2. Variedade de regimes			
	2.3. Livre estipulação			
3.	Administração e disponibilidade dos bens			
	3.1. Atos que um cônjuge não pode praticar sem autorização do outro			
	3.2. Suprimento da autorização conjugal			

4.	Pacto antenupcial	424
5.	Regime da separação legal ou obrigatória	427
6.	Regime da comunhão parcial ou limitada	432
	6.1. Bens excluídos da comunhão parcial	432
	6.2. Bens que se comunicam, no regime da comunhão parcial	439
7.	Regime da comunhão universal	441
	7.1. Bens excluídos da comunhão universal	442
	7.2. Outras disposições	447
8.	Regime da participação final nos aquestos	448
9.	Regime da separação convencional ou absoluta	451
	Título II	
	DO USUFRUTO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DE FILHOS MENORE	S
1.	Exercício do usufruto e da administração	454
2.	Autorização judicial para a prática de atos que ultrapassem a simples	
	administração	455
3.	Colidência de interesses entre os pais e o filho	456
4.	Bens excluídos do usufruto e da administração dos pais	457
	Título III DOS ALIMENTOS	
1.	Conceito e natureza jurídica	458
2.	Espécies	460
3.	Obrigação alimentar e direito a alimentos	468
	3.1. Características da obrigação alimentar	470
	3.2. Características do direito a alimentos	479
	3.3. Pressupostos da obrigação alimentar. ●bjeto e montante das	
	prestações	489
	3.4. Pressupostos subjetivos: quem deve prestar alimentos e quem	
	pode reclamá-los	497
4.	Alimentos decorrentes da dissolução da sociedade conjugal e da	
	união estável	508
5.	Meios de assegurar o pagamento da pensão	511
	5.1. Ação de alimentos	512
	5.2. Ação revisional de alimentos	519
	5.3. Meios de execução da prestação não satisfeita	523
6.	Alimentos gravídicos	537

Título IV DO BEM DE FAMÍLIA

1.	Introdução					
2.	Bem de família voluntário					
3.	Bem de família obrigatório ou legal					
	DA UNIÃO ESTÁVEL					
	Título Único DA UNIÃO ESTÁVEL E DO CONCUBINATO					
1.	Conceito e evolução histórica					
2.	Regulamentação da união estável antes do Código Civil de 2002					
3.	A união estável no Código Civil de 2002					
4.	Requisitos para a configuração da união estável					
	4.1. Pressupostos de ordem subjetiva					
	4.2. Pressupostos de ordem objetiva					
5.	Deveres dos companheiros					
6.	Direitos dos companheiros					
	6.1. Alimentos					
	6.2. Meação e regime de bens					
7	6.3. Sucessão hereditária					
7.	Contrato de convivência entre companheiros					
8. 9.						
	As leis da união estável e o direi to intertemporal					
10.	Tições concernences a umao estaver					
	DA TUTELA E DA CURATELA					
	Título I					
	DA TUTELA					
1.	Conceito					
2.	Espécies de tutela					
	2.1. Tutela testamentária					
	2.2. Tutela legítima					
	2.3. Tutela dativa					

STJ00119393 - V. 6

3.	Regu	lamentação da tutela
	3.1.	Incapazes de exercer a tutela
	3.2.	Escusa dos tutores
	3.3.	Garantia da tutela
	3.4.	A figura do protutor
	3.5.	Exercício da tutela
		3.5.1. O exercício da tutela em relação à pessoa do menor
		3.5.2. O exercício da tutela em relação aos bens do tutelado.
	3.6.	Responsabilidade e remuneração do tutor
	3.7.	Bens do tutelado
	3.8.	Prestação de contas
4.	Cess	ação da tutela
		Título II
		DA CURATELA
	0	
l.		reito
2.		cterísticas da curatela
3.	3.1.	cies de curatela O Estatuto da Pessoa com Deficiência
	3.2.	
	3.2.	Curatela dos impedidos, por causa transitória ou permanente, de exprimir sua vontade
	2.2	Curatela dos ébrios habituais e viciados em tóxico
	3.3.	
	3.4.	Curatela dos pródigos
	3.5.	Curatela do nascituro
	3.6.	Curatela de pessoas capazes. Tomada de decisão apoiada
4.	•	ocedimento de interdição
	4.1.	Legitimidade para requerer a interdição
	4.2.	Pessoas habilitadas a exercer a curatela
	4.3.	Natureza jurídica da sentença de interdição
_	4.4.	Levantamento da interdição
5.	Exer	cício da curatela
Ril	aliogra	fia
אוע	mogra	11U